Dois períodos de sua história

Este documento foi elaborado como parte das comemorações dos 30 anos da ASPUV.

Viçosa
1º de junho de 1993.
Em agosto de 1992 teve início este trabalho, com a organização do arquivo. Só foi possível a conclusão desta primeira etapa graças à continuidade de empenho das diretorias de nossa entidade. Quanto à redação do texto final, a ASPUV - S.Sind. agradece aos(as) professores(as) que contribuíram com sugestões e correções:

Alice Inês de Oliveira e Silva
Antonio Luiz de Lima
Fernando Antonio de Silveira Rocha
José Dionísio Ladeira
Lúcia Maria Maffia
Marily da Silva de Paiva
Maurinho Luiz dos Santos
Onofre Cristo Brumano Pinto
CRONOLOGIA

1º de junho de 1963 - Criação da Associação dos Professores Universitários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (APUREMG)

20 de setembro de 1970 - Transformação em Associação dos Professores Universitários de Viçosa (ASPUV)

19 de fevereiro de 1981 - Criação da Associação Nacional de Docentes de Nível Superior (ANDES)

10 de abril de 1990 - ASPUV - Seção Sindical.

Este texto é o reconhecimento do esforço de todos que participaram (e participam) da construção da
CRONOLOGIA

1º de junho de 1963 - Criação da Associação dos Professores Universitários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (APUREMG)

20 de setembro de 1970 - Transformação em Associação dos Professores Universitários de Viçosa (ASPUV)

19 de fevereiro de 1981 - Criação da Associação Nacional de Docentes de Nível Superior (ANDES)

10 de abril de 1990 - ASPUV - Seção Sindical.
ASPUV: DOIS PERÍODOS DE SUA HISTÓRIA*

1 - APUREMG: A Construção da Identidade no Espaço do Conflito

Quando se fala em organizações representativas de classe ou categorias (associações, sindicatos ou até mesmo partidos políticos) é comum se remeter a idéia de um espaço de construção de identidades, de solidariedade, de momentos vitoriosos ou frustrados.

Estes momentos por sua vez são atendidos, comumente, como resultantes de ações dos agentes externos contra as quais as lutas se dirigem. Raramente nas análises "post factum" se remete aos aspectos do cotidiano, às tramas das relações internas dos seus associados, às representações simbólicas conscientes ou inconscientes, responsáveis ou não. Acredita-se assim que, buscando no cotidiano momentos específicos, trazemos a força da compreensão de ações individuais e coletivas, de desejos e do contexto mais geral.

As lembranças que reconstruem a memória coletiva fazem palpitar corações que, em outros tempos, arderam nos debates, nos movimentos, nos medos e nas apreensões. Esta é a história viva de uma organização e de sua representatividade. Antes de

* Esta publicação pretendia de início abarcar todos os 30 anos da ASPUV. Em função das atribuições acadêmicas e, naturalmente, do demorado trabalho de organização do arquivo da entidade, só se conseguiu sistematizar dois períodos: o tempo da APUREMG e a ASPUV na ditadura. Além disto, as descrições se fizeram a partir de análise documental e de pequenas sondagens junto à alguns professores. É a história possível, uma "paisagem da entidade" e não de pessoas, que por sinal, não têm seus nomes expressos no enredo, apesar de reconhecermos que sem elas a entidade não existiria. Pedimos a compreensão dos leitores.
trazer meros fatos, traz emoções. Traz à tona momentos que
talves foram dos mais importantes na vida das pessoas que
tiveram o privilégio de vivenciar o processo de organização de
sua categoria. Seja como diretoria ou como filiado atuante,
todos sabemos disto: associação é um espaço da angústia em
superação.

No entanto, é importante esclarecer que normalmente o
historiador se apaixona pelas pessoas e o objeto de estudo.
Mas, como ele pode não chegar a produzir arte, também pode não
conseguir traduzir em palavras a emoção vivida. Trabalha com
paisagens determinadas pelos registros selecionados em função
das concepções que carrega. Produz resultados que, no máximo
reacendem, por algum tempo, os debates. Mas, muitas vezes é
certo, esclarece mitos, podendo até produzir outros.

O primeiro destes mitos que aqui não se evidenciou foi
que, na origem, nossa entidade tinha caráter recreativo. A
pesquisa documental revelou que foram outras as motivações
primeiras de sua concepção. Em 1962, antes da fundação da
Associação dos Professores da Universidade Rural do Estado de
Minas Gerais (APUREMG) existiu um "movimento de greve" em
Viçosa que chegou a organizar "Comissão de Negociações" para
reivindicar, junto ao Governador em Belo Horizonte, aumento de
salários. Instalou-se no período uma séria crise, tanto que
foi enviada para Viçosa outra pessoa para ocupar o cargo de
Reitor a fim de solucionar o problema. Não foi encontrado nos
documentos nada a respeito deste movimento. A partir de
impressões causadas pelos primeiros registros, indagou-se à
alguns professores fundadores de onde vinha a experiência
mobilizatória e organizativa. Chocando informações chegou-se a seguinte conclusão: A APUREMG era fruto de lutas. Como decorrência da experiência de 62, suas primeiras práticas como organização formal tinham caráter reivindicatório. Por exemplo, quatro dias após a fundação, a APUREMG encaminhou ao então Governador Magalhães Pinto o seguinte telegrama:

"Governador José Magalhães Pinto

Palácio da Liberdade - Belo Horizonte - Minas Gerais
Associação de Professores da Universidade Rural comparece presença Vossa Excelência afim solicitar definição sobre aumento vencimentos corpo docente nas bases cinquenta e sessenta por cento vg bem como normalização pagamento pt Despeito esforços V. Excelência UREM vê-se novamente ameaçada perda excelentes elementos corpo docente face situação salarial indefinida pt." (Arquivo ASPUV, Caixa 1, Pasta 1, doc. 3)

Não foi apenas ao Governador que a Associação se dirigiu. Buscou apoio junto à Assembleia Legislativa através das bancadas de Partidos, à Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos (SMEA, em cuja presidência tinha um ex-aluno), às Secretarias de Agricultura e à Imprensa. Qual era o problema mais sério? Salários baixos e atrasados de quatro, cinco e até oito meses nos pagamentos.

O movimento de reivindicação em momentos iniciais da APUREMG foi feito em conjunto com outras associações existentes na Universidade. Vejamos esta carta conjunta exemplar de um processo de articulação entre entidades:

"Viçosa, 5 de agosto de 1963
Senhor Governador,
Os que esta assinam, Presidente das Associações de Professores, Servidores e Operários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, vêm à presença de V. Excel. afim de solicitar seus bons ofícios no sentido de que sejam extensivos à UREM os benefícios do aumento de 60% aos servidores do Estado, ora em estudo na Comissão designada por V. Excel. e presidida pelo Exmo. Sr.
mobilizatória e organizativa. Checando informações chegou-se a seguinte conclusão: A APUREMG era fruto de lutas. Como decorrência da experiência de 62, suas primeiras práticas como organização formal tinham caráter reivindicatório. Por exemplo, quatro dias após a fundação, a APUREMG encaminhou ao então Governador Magalhães Pinto o seguinte telegrama:

"Governador José Magalhães Pinto

Palácio da Liberdade – Belo Horizonte – Minas Gerais
Associação de Professores da Universidade Rural compara-se à presença Vossa Excelência afim de solicitar definição sobre aumento vencimentos corpo docente nas bases cinco e sessenta por cento vg bem como normalização pagamento pt Despeito esforços V. Excelência UREM vê-se novamente ameaçada perda excelentes elementos corpo docente face situação salarial indefinida pt." (Arquivo ASPUV, Caixa 1, Pasta 1, doc. 3)

Não foi apenas ao Governador que a Associação se dirigiu. Buscou apoio junto à Assembleia Legislativa através das bancadas de Partidos, à Sociedade Mineira de Engenheiros Agrónomos (SMEA, em cuja presidência tinha um ex-aluno), às Secretarias de Agricultura e à Imprensa. Qual era o problema mais sério? Salários baixos e atrasos de quatro, cinco e até oito meses nos pagamentos.

O movimento de reivindicação em momentos iniciais da APUREMG foi feito em conjunto com outras associações existentes na Universidade. Vejamos esta carta conjunta exemplar de um processo de articulação entre entidades:

"Viçosa, 5 de agosto de 1963
Senhor Governador,
Os que esta assinam, Presidente das Associações de Professores, Servidores e Operários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, vêm à presença de V. Excia. afim de solicitar seus bons ofícios no sentido de que sejam extensivos à UREM os benefícios do aumento de 60% aos servidores do Estado, ora em estudo na Comissão designada por V. Excia. e presidida pelo Exmo. Sr.
Secretário das Finanças, Dr. José Monteiro de Castro. V. Excia., como legítimo representante dos anseios e do pensamento do povo mineiro, tem sabido, através de atitudes de marcada significância, valorizar aqueles que labutam no campo da agricultura. Por esta razão, entendemos que V. Excia. verá como das mais justas as pretensões daqueles que compõem a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Reconhecemos o papel que desempenhamos no cenário agrícola de Minas Gerais e aqui estaremos sempre alertas para o cumprimento da missão que nos é reservada."

(Arquivo ASPUV, Caixa 1, Pasta 1, doc.5)

Este documento era assinado pelos Presidentes da Associação dos Professores, da Associação dos Servidores e da Associação dos Operários da UREMG.

Era muito simples a estrutura da organização: uma Diretoria (Presidente, Secretário e Tesoureiro), um Conselho Deliberativo e Comissões Especiais permanentes em número de três, para atividades sociais e esportivas, de intercâmbio cultural e de interesses profissionais. Esta última é que assumia as negociações e reivindicações dos associados. Podiam se associar todos os servidores de nível superior ligados à UREMG, denominados como fundadores, os efetivos, os honorários (só formados pela UREMG) e os beneméritos (que tinham prestado serviços relevantes à UREMG). A Associação tinha princípios democráticos participativos, pois a Assembleia Geral era o "órgão Soberano", convocada pela Diretoria ou por 2/3 de seus associados. O objetivo era: associar "professores e técnicos da UREMG e as finalidades:

"a) Defender interesses da classe e dos associados da UREMG;
b) Estudar aos assuntos que interessarem à classe, colaborando com as autoridades na solução dos problemas do mesmo;
c) Incentivar e cultivar o espírito de união e cordialidade entre os associados e outros grupos
profissionais;
d) Promover e estimular entre os associados e suas famílias a prática e o desenvolvimento da cultura física, moral, artística, intelectual, cívica e recreativa, nas suas diversas modalidades." (Livro de Atas nº 1, p.1)

E não poderia faltar um Parágrafo único: "A APUREMG se manterá afastada de manifestações político-partidárias e religiosas". (Idem)

Isto não era apenas estatutário, mas de fato o que acontecia. Realmente os movimentos eram políticos sem ser partidários. Recorria-se à políticos influentes para conseguir apoios. Mas o movimento também tinha um encaminhamento de lutas internas. Em agosto de 63, três meses após a fundação, o Conselho Deliberativo esquematizou a pauta de um primeiro contato com o Reitor, entendido como o representante mais próximo do Governo na UREMГ. O documento abaixo revela as motivações da época:

"1. Falar da APUREMG e seus objetivos;
2. Saber do interesse do Reitor em ajudar a APUREMG;
Examinar as idéias da Comissão de Atividades Sociais e Esportivas com relação à Sede, représa, etc;
3. Pagamentos de pessoal: como estão, propôr a partir de julho se façam integralmente, com os 50% incluídos;
4. Estruturação da UREMГ, Estatutos e Serviço de Pessoal;
5. Participação da UREMГ no III Congresso Brasileiro de Agronomia;
6. Tipografia e Serviços de Informação: melhoria. Saber do andamento das gestões junto ao ETA ou outras instituições;

7. Farmácia: recolhimento das taxas, descontos juntos em folha para o fundo rotativo;
8. Abertura de Cursos no 2º Semestre: sugerir para que se traga, para fazer uma palestra, o Reitor da UMG ou outros professores daquela Universidade." (Arquivo ASPUV, Caixa 1, Pasta 8, doc.7)

As atividades recreativas existiam, mas as dificuldades salariais estavam presentes e o desejo de participar das definições administrativas também era manifesto.
Outra frente de luta assumida pela APUREMG buscava obter uma melhor e mais ampla assistência aos associados. Em setembro de 65, começam as discussões para a criação de uma Cooperativa de Consumo, a CAPUREMG. Ela acabou sendo inaugurada em 19.03.66 com um coquetel. Funcionava na Av. P.H. Rolfs, s/nº, em frente à atual Igreja Presbiteriana. As lutas salariais por melhores condições gerais de trabalho marcam os registros documentais. Em maio de 66, o Reitor é convidado para uma discussão na Associação e foram tratados de três temas: 1 - os níveis salariais; 2 - previdência; 3 - critérios de distribuição e construção de casas para docentes da Universidade. Na ocasião o Reitor manifestou preocupação com o aprimoramento profissional, dizendo ao final de sua exposição que "não ficaria um só dia a frente da Reitoria se deixasse de merecer a confiança no corpo docente". (Ata da Assembléia Geral, 10.05.66)

Momentos outros refletiam a inexperiência na condução de uma entidade ainda infante. Nos anos de 66 e 67, ocorreu uma grande crise na UREMG registrada a partir da Ata da Assembléia de 10.11.66. O curioso é que uma Assembléia havia sido convocada através de um abaixo-assinado de 45 associados. Iniciando a Assembléia, o presidente pergunta sobre "os motivos de tal convocação". Como "razões" foram apresentadas "propostas" para condução de um movimento com o objetivo de solucionar o atraso no pagamento (de mais de quatro meses). A proposta apresentada em Assembléia era a seguinte:

"1ª - Propomos que a APUREMG envie uma caravana de 50 pessoas à Belo Horizonte, a fim de pedir uma audiência..."
com o Senhor Governador do Estado, na qual seria exposta a necessidade de uma solução urgente para o problema financeiro da UREMGE, notadamente o pagamento dos vencimentos dos professores, funcionários e operários.

2ª - Propomos que, caso a APUREMG não seja atendida no prazo de uma semana, que todas as atividades sejam paralisadas até a normalização completa da situação econômica.

3ª - Propomos que toda vez que o pagamento dos professores, funcionários e operários desta Universidade atrasar por mais de 30 dias, que sejam paralisadas todas as atividades automaticamente". (...) "O senhor Presidente sentiu claramente que o objetivo da reunião era discutir o assunto ligado ao atraso do vencimento".

(Ata da Assembléia Geral, dia 10.11.66) (grifo nosso).

O Presidente disse então aos presentes o que já havia feito e que o Reitor estava empenhado na busca de soluções. Este movimento acabou encaminhando uma exposição de motivos ao Governador, assinada por 121 associados, na qual se lia: "Deixamos claro, outrossim, que o silêncio prudente e secreto a que nos submetemos até esta data se deveu, exclusivamente, à confiança que depositava no promissor Governo de V. Excelência." (Caixa 1, Pasta 3, doc. 22). Ao mesmo tempo a Associação encaminhou nota à Imprensa denunciando a situação da UREMGE e comunicando a evolução do movimento. Instalou-se então (novembro de 66) uma Assembléia Permanente até a solução do problema, que durou até agosto do ano seguinte.

Estava instalada uma grande crise que ultrapassaria o período de férias. O início do ano letivo de 67 estava ameaçado: 76 associados presentes à Assembléia, estavam a favor do não reinício das aulas. Surge neste período a ideia de federalização como solução para o problema da falta de verbas para a Universidade e atraso nos vencimentos. Que fazer? As Assembléias de fevereiro, com outros quatro meses de
atraído no pagamento, tendiam à radicalização. Algumas falas registradas em ata, além de identificar momentos de divergência num contexto de regime político autoritário, retratam os impasses nas decisões e o processo de construção tortuosa de identidade:

"(...) O associado [Prof1] afirma que a proposta dos 76 apoia exatamente na afirmação do Magnífico Reitor (a de não poder iniciar o ano letivo por falta de recursos). O associado [Prof2] disse ser contra a greve e não começar o ano letivo seria a deflagração da greve, medida que ele não apoiaaria, e continuaria dando aulas, mesmo que tivesse de se desligar da APUREMG. Disse mais, que havia na 2ª feira (27.02) uma reunião em Viçosa com todos os membros responsáveis pela Agricultura do Estado de Minas e disse ser uma boa oportunidade". (...) "disse mais, a ACAR resolveu os seus problemas agindo com pressão, mas sempre protelando medidas extremas de greve. Terminou dizendo-se a favor de se transmitir tudo o que foi feito às gerações [sic] pela Universidade e convidou os associados a salvar o patrimônio que é a UREM; disse ainda que esta posição por ele assumida poderia ser considerada antipática, mas não podia concordar com a idéia contida na proposta dos 76. Em seguida falou o associado [Prof3], afirmando que qualquer atitude do plenário não o afetaria, pois estava para se aposentar dentro em pouco. Disse mais, o Governo, com greve ou sem greve ele não vai pagar. Falou muito de suas experiências em casos semelhantes e falou que medidas coercitivas poderiam ser tomadas pelo Governo, inclusive o governo poderia mandar a Viçosa os seus agentes e poderia haver até danos físicos com borrachas e cacetetes. O associado, [Prof4] disse em seguida ter estranhado muito as afirmações que o associado [Prof3] se referiu ao governo, pois ele não achava que o governo agiria assim. Disse mais, aceitar as ponderações do associado [Prof3] é considerar o governo um terrível ditador." (...) "O DOPS não bateria em ninguém por pedir apenas que lhe pague o que ganhou, reivindicando apenas o justo". (...) "O [Prof5] conclamou os associados a serem firmes nas atitudes tomadas, a fim de se poder concluir o que foi começado. (...) disse ser preciso dar exemplo de coragem à mocidade, para não ser tido como covarde." "O associado [Prof6] disse que em 1962 [antes da fundação da APUREMG] um movimento semelhante resolvido o impasse de falta de pagamento, mas que, 1967 não é 1962. Conclamou os associados a não fazerem arruaças, pois o nível superior isso o impede". (Ata do dia 24.02.67, Livro 1, p. 25-27)

No entanto, a Diretoria assumiu proposta diferente daquela deliberada em Assembléia. Ela antecipa nova Assembléia para o dia 18 e justifica-se dizendo:

"(...) há elementos para se prever que a situação será normalizada, todavia por razões mais fortes, não podia fornecer a pauta de informações. Disse mais, por razões psicológicas é interessante antecipação [da Assembléia]. "O associado [Prof4] disse que via uma solicitação subjetiva da Diretoria para conversação secreta, sobre problemas da APUREMG". (idem, p.27)

Começa o tempo do segredo, do medo, da insegurança. E em abril do mesmo ano registrava-se em esvaziamento da mobilização. "O Presidente lamentou o descaso de muitos associados com os destinos da sua associação e disse que a ausência dos associados é um típico exemplo de decadência." (Ata de 18.04.67, Livro 1, p.30)

Em junho a crise financeira da UREMGE se agrava, e em discussões acirradas volta a idéia de paralisação. Até os estudantes já haviam decidido uma paralisação de 48 horas. Na discussão da melhor data de início, ocorriam dúvidas se deveria marcar volta. Mas um associado alertava que, "antes de negociar não se deve marcar data." Foi dada a informação de que os estudantes não paralisaram, pois acataram orientação da Congregação da ESA em função de que "os professores não podiam parar". É freqüente, no período, uma tendência de mesclagem,
ou mesmo tutela dos órgãos de administração da Universidade e o movimento da associação. A independência do movimento estava em construção (na prática e nas consciências). Não era muito clara a distinção entre processos internos da Universidade e processos externos de organização da categoria. Isto nos coloca a questão da relação entre proposta de defesa da Universidade e o desenrolar de lutas corporativistas. O movimento autônomo é demonstração de maturidade. Mas é autônomo em relação a quê?

Além de atividades reivindicatórias salariais, nos documentos foram encontrados relatórios e sugestões da Comissão de Atividades Sociais e Esportivas. Em junho de 63 a referida Comissão entregava à Diretoria um plano que dizia:

"Após as necessárias trocas de idéias, foi decidido o seguinte:
1º Pleitear para já:
(1) Que nos seja autorizado o aproveitamento da área do Departamento de Zootecnia (Fazenda Araújo) que abrange as 2 represas de pesca já existentes e ainda a área da mesma garganta mais próxima do estábulo, para construção de uma terceira represa. Tal área permitiria que se construísse uma sede rústica embaixo da monumental gameleira (Figueira Brava) existente na margem dessa área. Tendo-se tais dificuldades, seria viável para o futuro bem próximo (2 a 6 meses) iniciarem-se certas atividades campestres, como: - Piqueniques, Pescarias, além de Excursões a outros locais de agrado geral.
(2) Que nos seja facultado adaptar uma das casas existentes na UREM, atualmente em uso esporádico, para que sirva, ainda que provisoriamente, para que se centralizem certas atividades sociais de caráter mais urbano, tais como: - Reuniões Sociáveis, "Cocktéis", Clube de Danças (Folclóricas), Jogos de Salão (B. ping-pong, xadrez, damas e baralho); Quadras de: Voleibol, Ténis, Badminton, etc.
2º Pleitear para Mais Adiante:
Uma sede adequada à nossa associação, seja do estilo Campestre para incluir as possibilidades de pesca, de barco a remo, etc. Além de quadras para vários esportes; seja do tipo mais urbano, concentrando as facilidades para sociabilidades mais internas, confinadas.(...) "Tudo faz crer, que seria de boa tática focalizar, na
oportunidade [encontro com o Reitor], o problema que na Universidade sempre surge, cada vez que se recebem visitas oficiais importantes à vida da UREM. Até agora na falta de um ambiente de reuniões do corpo docente, tem sido difícil entreter as visitas oficiais da Universidade pois, tirando-se as residências, não restam outros ambientes para acolher o visitante oficial à noite - a não ser que esteja passando um filme bom no cinema. Ora, uma sede da Associação poderia oferecer sala de leitura, com discoteca e mesmo televisão, além de ambiente para jogos de baralho, ping-pong, ou outros. Bastaria que um grupo combinasse de se reunir no clube, com o propósito de entreter o visitante..." (Caixa 1, Pasta 1, doc. 25) (grifo nosso)

A sonhada sede própria. Achava-se nessa época que a UREM podia ceder um terreno para construir-la. E cedeu, mas queria-se também uma sede campestre em 1967: "Magnífico Reitor:
(...)
"Constitui uma das grandes preocupações dos atuais dirigentes da APUREM no incremento das atividades sociais-recreativas de seus associados". (...) "Além da sonhada sede social, cujo terreno já nos foi cedido pelo Magnífico Reitor "(anterior)" e a qual esperamos tornar-se realidade dentro em breve, sentimos também a grande necessidade em uma área Campestre". (...) a "prática de atividades recreativas (é importante) como fator de retemperamento de energia e preventivo de saturação mental, tão comum em pessoas altamente envolvidas em atividades técnico-culturais como nós." (Caixa 1, Pasta 4, doc. 24) (grifo nosso)

E conseguiram a cessão do terreno. Constituiu-se uma comissão para planejamento e execução da sede, que iniciou seu trabalho em novembro de 67. São as primeiras iniciativas para a construção do espaço e direito ao lazer.

Na época como classe média ascendente, todos queriam seu carrinho. Era preciso arranjar meios de consegui-los mesmo com salário baixo. Encontraram-se no Arquivo modelos de consórcios que deveriam inspirar a criação de um consórcio para os professores. No entanto, na década de 60, arrumar carro para todo mundo era difícil:

"Procurei vários revendedores e planos de consórcio
automobilístico, para poder atender ao seu caso [pedido do Diretor da ESA]. A única firma que me ofereceu uma possível solução foi a Metrópole Motriz, cujo plano padrão segue anexo. O Sr. Henrique, se for o caso, poderá procurá-lo em Vícosa, para estudar uma modalidade que permita a entrega dos carros em seis meses aproximadamente. NINGUÉM EM SÃO PAULO PODERÁ VENDER OITENTA CARROS PARA ENTREGA IMEDIATA, nos planos propostos pelo senhor. Financiam qualquer marca."

(Documento de uma pessoa da AGROERES para o Diretor da ESA, de 1965, Arquivo ASPUV, Caixa 1, Carta 3, doc. 10)

Esta não era uma prática somente da APUREMG. Entre os documentos encontrou-se um plano de financiamento mútuo da Associação dos Professores de Ensino Superior do Ceará, elaborado pelo "Departamento de Aquisição de Veículos" daquela entidade. Este documento, sem data, foi coleccionado entre documentos do ano de 65. Uma propaganda da época encontrada no arquivo era bem sugestiva: um fusca, um casal debaixo de árvores que até se poderia pensar que a foto foi tirada na Silvicultura (UREMG).

Também não havia casas suficientes para abrigar professores e técnicos ligados à UREM. Via Associação, pensou-se na criação de uma cooperativa habitacional. Em meados de 66 ocorreu uma modificação estatutária, ampliando o quadro social da APUREMG: abre-se para técnicos e funcionários de nível superior que trabalhavam em organizações que atuavam na Universidade, como a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) e Centro de Ensino de Extensão (CEE). Inferiu-se, a partir da coincidência de datas entre os movimentos reivindicatórios e assitencialistas que, esta ampliação se deveu à necessidade de arregimentar forças para lutas e mais fundos para as cooperativas (a CAPUREMG ou a provável Cooperativa Habitacional).
O momento era crítico. Era difícil coordenar as assembléias, tamanho as discussões. Era preciso disciplinar. Surge então o Regimento Interno das Assembléias Gerais, aprovado no dia 12 de fevereiro de 1968, com vinte artigos. O Regimento estabelecia um processo mais "objetivo" para as assembléias, criando normas para convocação ("deverá conter um sumário do assunto a ser tratado", "qualquer assunto novo, só poderá ser apresentado após o término da assembleia") para participação de oradores ("deverão ser inscritos na mesa", "falarão por ordem de inscrição", "falarão por 5 minutos" (...) "podendo ser prorrogado o tempo com a aprovação da mesa", "só poderá inscrever-se uma única vez para discorrer sobre cada assunto"), da mesa ("não serão permitidos apartes à mesa") e do encaminhamento de propostas ("as propostas serão apresentadas à mesa por escrito", "serão discutidas, encaminhadas - a favor e contra - e colocadas em votação" "Parágrafo Único - não serão permitidas alterações desta ordem"). Apareciam também limites e poderes de atuação da mesa ("o Presidente não poderá intervir nos debates, salvo para manter a ordem", "cabe ao Presidente conceder a palavra aos associados e cassá-la sempre que houver inconveniência de tratamento e linguagem", "as questões de ordem serão resolvidas soberanamente pela mesa"). Passa para nós a impressão de que as assembléias deviam ser uma enorme confusão, por exemplo votava-se e depois
pediu-se para discutir novamente. Realmente, a associação era o espaço de aprendizagem da organização, da vivência burocrática e/ou democrática.

A APUREMG toma a iniciativa de buscar os direitos dos associados pela via judicial também a partir de agosto de 68. O primeiro processo foi para o recebimento de um abono de 25% que o Governo não havia pago, de junho a dezembro de 67. O advogado contactado pediu NC$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos) de cada associado. Em assembleia deliberou-se que deveria ser negociado o rebaixamento do teto. Mas o medo pairava: ("seria perigoso litígio com o Estado?") daí necessidade de mais apoio ("Seria possível incluir o pessoal administrativo da UREMGE no processo?").

Mas a crise geral da UREMGE persistia. O ano letivo de 69 também estava ameaçado de não ter início. No ardor da discussão, já no processo de encaminhamento de propostas, um associado dizia:

"(...) a APUREMG, dessa forma, se coloca na frente de batalha e que a Administração ficava esperando para colher os louros da vitória..." (...) "afirmou ser de responsabilidade da Administração e lembrou ainda que qualquer ação penal recairia sobre o professor e que, no caso da Administração, recairia apenas sobre o cargo exercido pelos administradores, e que a carreira da pessoa na Instituição teria continuidade normal". (Ata do dia 12.02.68)

Entrou-se em discussão: um grupo a favor da "cobrança" da Administração e outro defendendo-a. Um associado disse então: "o problema é nosso e merece pois uma solução". Votou-se a proposta de não se iniciar o primeiro semestre de 69 e pela primeira vez se fala em retirar cinco membros para constituir a Direção Geral do Movimento, sendo o presidente da APUREMG,
considerado membro nato. Mas a proposta foi retirada de votação. Buscou-se apoio junto a ex-alunos que eram funcionários da ACAR, Sociedade Mineira de Engenheiros Agrónomos (SMEA), CREA, todas as entidades em Belo Horizonte. Toma fôlego a discussão e o movimento pela Federalização da UREM.

Em agosto de 68 é marcada uma assembleia com pauta específica sobre federalização. A universidade estava para ser transformada em fundação. Uns a favor, outros contra, até que um associado pergunta: "mas o que é fundação?". Ninguém sabia. Informou-se que até haviam telefonado para Brasília, e ninguém soube explicar o que era. Foi suspensa a discussão. Coisas como estas são comuns nas lutas: certos temas aquecem as polarizações até que alguém questiona o que realmente é e ninguém tem certeza. Na luta social de embate com Estado, frequentemente são lançadas propostas genéricas, vazias, e a partir de respostas dos grupos sociais organizados, é que o poder define suas táticas e estratégicas.

Nesse ano de 68 a APUREMG discutiu também sua filiação à Associação Internacional de Professores Universitários. Chegou-se à conclusão de que a filiação somente seria feita quando se soubesse o valor da contribuição financeira devida.

A Associação assumiu o movimento de federalização. Era um rearranjo da casa. Foi criada na UREM uma Comissão de Federalização. As dúvidas se colocaram no cenário, pois não existia lei que regulamentasse o que deveria ser uma "fundação". Os debates foram acirrados. Em novembro de 68, a relação da associação com a Reitoria mostrou-se tensa;
chegou-se inclusive a apresentar em plenária a proposta de se discutir se a APUREMG teria "Competência" para "solucionar a demissão do Reitor". Mas não se chegou a tanto, deliberando-se ao final com 56 votos a favor, 16 contra e 5 em branco "tornar pública a nossa posição contra a Reitoria, que não representa nossas aspirações, e procurar remover esta aresta."

(Livro de Ata nº 2, p.10)

Ao final, houve duas declarações de voto: uma, dizendo que concordava com os colegas mas "acreditava não ser esta a melhor política" e outra, rebatendo, dizia que "a proposta fugiu aos estatutos pelo seu caráter político". (Idem, p11)

Coube aos estudantes a radicalização. Neste período, de acordo com o manifesto "A bem da verdade" encontrado no Arquivo, os estudantes haviam invadido a Reitoria e a associação dos professores vinha a público esclarecer seu posicionamento:

"(...) A APUREMG não se ligou, de forma alguma, ao movimento estudantil que culminou com a invasão da Reitoria, em 19/11, numa atitude de desrespeito ao Reitor. Tal ato constitui-se, para ela, numa completa surpresa. Recebendo de um estudante telefonema originário da Reitoria, convidando-o para participar daquele encontro entre os estudantes e o Reitor, o Presidente da APUREMG recusou-se a lá comparecer. Ignorando ainda a verdadeira extensão dos acontecimentos daquele dia, expediu ele ofício aos Presidentes dos Diretórios Acadêmicos da UREM, esclarecendo as razões de sua recusa e enviou cópia, desse ofício à Reitoria. Esse documento demonstra, cabalmente, a completa desvinculação entre o movimento encetado pela APUREMG e o estudantil.

"(...) A APUREMG não é contra a transformação da UREM numa fundação federal embora prefigure o sistema de autarquia, vigente na grande maioria das universidades brasileiras. Na realidade, há mais de 6 meses em face dos termos de um ante-projeto de lei preparado por uma Comissão de Nível Interministerial, a Assembleia da APUREMG, por unanimidade, aceitou a forma de fundação. O que ela pode concordar é com esse novo ante-projeto de lei, diferente do original, e que contraria os interesses não apenas dos professores, mas, acima de tudo, dos
servidores mais humildes da UREMGE e da própria Instituição."

"Ao mesmo tempo, a APUREMG torna públicos os seus agradecimentos pela cordial acolhida que tiveram seus representantes junto ao Exmo. Sr. Governador do Estado e aos Srs. Secretários da Agricultura e Administração, os quais tomaram conhecimento pleno da situação da UREMGE e manifestaram interesse em encontrar solução condigna para o problema de sua federalização." (Caixa 1, Pasta 9, doc.1)

As atas nesse momento desaparecem dos registros dos livros. Somente quase um ano depois da última Assembléia voltam a ressurgir, já não existindo mais a UREMGE. Agora era UFV, como fundação. Era necessário regularmente a situação do antigo pessoal da UREMGE. Começaram os movimentos baseando-se em pareceres de consultores jurídicos. A situação era nova: quando havia uma vantagem para funcionários estaduais, os professores eram considerados nos processos legais como fundação, quando o inverso, eram considerados estaduais.

Difíceis momentos se passaram na associação, em plena vigência de Estado de exceção. Suprimiram-se o direito de tempo integral para os mais graduados na Universidade (o que significava menos 50% nos vencimentos) e os direitos ao abono de 25% que o governo havia concedido a todos os funcionários estaduais a partir de março de 69.

A partir de agosto, os salários atrasaram novamente. As causas: quando da federalização, ao Reitor haviam sido entregues pelo Governo do Estado de Minas promissórias que deveriam ser trocadas por moeda corrente para compor parte do orçamento da UREMGE. Com isto, esclarecia-se em assembleia, o
Estado se considerava em dia com a promessa de manter o pagamento ao nível do que recebiam os funcionários de Belo Horizonte. Mas estava difícil trocar as promissórias no valor de **800 milhões de cruz. novos**. "Não eram ainda funcionários federais e já não eram estaduais". Neste caso, criou-se um vazio: a quem dirigir as reivindicações? Ao Governador, ao Governo Federal, ir à 4ª Região Militar em Juiz de Fora ou ao Reitor, pessoa que representava a Autoridade Federal na Universidade, no momento. Surge a proposta de um **manifesto** ao Conselho Diretor da UFV.

Este movimento perdurou até setembro de 70, quando se registrava em ata um desabafo do Presidente da Associação, dizendo que havia recebido uma correspondência **confidencial** da 4ª Região Militar de Juiz de Fora. Nada mais era registrado. Em 20 de setembro era registrada nova mudança de estatutos e agora a associação passava a se chamar ASPUV, congregando apenas Professores da Universidade. Os documentos do período passam a impressionar de um esvaziamento. Em outubro registrou-se uma eleição frustrada na associação: não apareceu chapa para disputar a direção da entidade. Em dezembro discutiu-se a aplicação do patrimônio da antiga APUREMG inclusive ajudando na liquidação da CAPUREMG que os registros dão a entender ter sido um processo complicado.

Finda um período que se poderia denominar de reivindicatório e construtor da identidade da categoria de trabalhadores intelectuais de "nível superior". Pode-se perceber que a construção de identidades não se faz apenas com as propostas assumidas e majoritariamente aprovadas em
Assembléias. A solidariedade da categoria surgia como síntese de idéias às vezes opostas. Na luta de defesa de interesses, os papéis individualmente assumidos historicamente, davam o tom da época. Não foram apenas as atividades reivindicatórias que conformaram as características dos associados. Nesse sentido, tiveram importância também as frentes recreativas.

Inicia-se como ASPUV outro tempo. Outras formas de associativismo e luta. Ficam agora explícitos nos documentos o caráter contido (tenso) das divergências internas e conciliador para com centros de decisão externos. As divergências internas, saudáveis para a maturidade do movimento, desaparecem dos registros. Era a ditadura roendo as entranhas das organizações sociais, castrando-as. O Ato Institucional Nº 5 vigorava desde 13.12.68.
Numa Universidade Estadual que passava a Federal, muitas pendências tinham de ser resolvidas. Inclusive as lutas já haviam começado a mudar de rumo. Com as novas regras do jogo autoritário, as questões judiciais vão substituir o cenário dos processos reivindicatórios do tipo ampla mobilização. Eram as férias de 45 dias, a conquista do 13º salário (chamado de "gratificação de Natal"), abonos, insalubridade (numa época em que, preferencialmente, os defensivos agrícolas davam o tom da modernidade). Lutas jurídicas deixavam o espaço para preocupação com o "congragraçamento de docentes".

O momento era de expansão assustadora do corpo docente. Novos cursos são abertos na UFV. Contrariamente ao fenômeno de desprestígio das demais universidades brasileiras que passavam por "dias negros", Viçosa viveu seu auge. O milagre brasileiro brilhou verde e amarelo por estas bandas. A construção de casas para docentes ("quais critérios para sua distribuição?") tornou-se ponto de pauta de várias assembleias. A cidade não comportava o crescimento. A associação tornou-se o ponto de encontro entre docentes e ainda quase como um adendo à administração da UFV, no início dos anos 70.

Uma forma de luta até então inédita na Associação e que exemplifica esta afirmação foi encaminhada em 72: um questionário para a identificação de necessidades e prioridades desejadas pelos professores em relação à questão de residências. Também via questionários foi feita uma
pesquisa sobre às atividades a serem priorizadas pela entidade: se a ASPUV deveria ter sede própria e como deveria ser; como era o Posto de abastecimento da UFV; se a UFV deveria pagar direito autoral para publicações dos professores; se deveria a UFV premiar o melhor profissional; se a ASPUV deveria empenhar-se junto à Reitoria para resolver a questão dos quiquênios, acabar com expedientes aos sábados, conseguir melhor assistência médica, odontológica e farmacêutica. (Caixa 2, Pasta 2, doc. 2)

Feita a sondagem, a ASPUV adquiriu em 76 as salas para o posto médico da UFV. A questão assistencial desembocou em uma luta para solucionar o problema da assistência médica junto ao antigo INPS. A política do abrangência nacional visava o atrelamento sindical (associativista) à questão da assistência médica. Esta prática tinha respaldo e orientação legal. Assim a entidade se propôs a coordenar esta assistência, passando depois para a Universidade o encargo.

Em outubro de 71 realizou-se o I Congresso de Ensino Superior do Brasil, em que a ASPUV esteve representada por um associado. Foi criada a COMPES (Confederação Nacional de Professores de Ensino Superior), da qual o 3º Vice-Presidente era o presidente da Associação de Viçosa. Apenas estes registros foram encontrados nas Atas ou documentos avulsos. Não se registrou continuidade dessa ligação.

As questões acadêmicas se manifestaram, pois a Reforma Universitária proposta em 68, encontrará em Viçosa um campo propício para sua implementação. Acordo MEC-USAID em cena. A
mudança para sistema de créditos gerou polêmica com estudantes, que através do documento enviado ao Ministro de Educação, em 27.09.72, dizia estar trazendo problemas. A seguir parte do documento dos estudantes:

"O atual sistema de crédito aqui implantado no ano passado, não permitirá que se formem profissionais no período de quatro (4) anos, como é previsto com base nos currículos, isto porque, existe uma desorganização total no Seviço de Registro Escolar, que impede alunos realmente capacitados cursarem mais que cinco (5) disciplinas por período escolar, com exceções, sendo que o currículo mínimo exige sete (7) disciplinas por período. O nível de reprovação em várias disciplinas aqui lecionadas, alcança altos índices, que ultrapassam cabalmente aquele previsto em lei. Informamos ainda V. Excia. que, professores que, percebem por tempo integral nesta Universidade, pela Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - (COPERTIDE), somente lecionam em horários por eles pré-determinados, se negando categoricamente a ministram aulas em outros horários que não sejam de seu "belprazer". Com isso prejudicam muitos alunos que não podem cumprir tais horários. A vista disto e devido também à má orientação dos lentes orientadores indicados pela Universidade, muitos estudantes novatos se matriculam em disciplinas que deveriam ser cursadas por veteranos, já que estas exigem outras como pré-requisitos para aquelas, vindo acarretar portanto, excesso de alunos em horário escasso que não comporta os mesmos." (...) "A respeito do regime de crédito acima referido, fomos orientados no sentido de que o mesmo seria implantado em caráter experimental. Pois bem, Senhor Ministro, para seu governo, saiba V. Excia. que neste regime de experimentação, foram jubilados dezesseis (16) estudantes, em que a alta direção da Universidade alega ter sido insuficiência acadêmica e com a finalidade de elitizar o corpo discente desta Instituição" (Caixa 2, Pasta 5, ainda sem numeração)

Ao final os estudantes propõem que o Ministério enviasse uma comissão à Universidade para estudo da situação. A Associação, na época, divulgou entre os associados o documento elaborado pelos estudantes, e se apresentou solidária à Administração da Universidade. Sem solução de continuidade do processo nos registros documentais, este fato nos faz pensar
que muitos dos problemas vividos hoje foram gestados nessa época.

Questões pendentes da Associação vão receber solução no início dos anos 70: a liquidação da CAPUREMG, por exemplo, foi complicada, pois na época devia-se Cr$ 2.325,80 a uma associada!

As eleições da entidade muitas vezes eram esvaziadas, elegendo-se a diretoria por aclamação. Durante a década de 70 até início de 80 tornou-se comum não se trocar quadros (fazendo-se apenas rodízio de cargos com os mesmos nomes). A impressão de "manipulações" no processo eleitoral também ficou explícita nas atas. Por exemplo, em 75 surgiram duas chapas. Votaram todos os presentes, inclusive sócios "não efetivos", que estivessem em dia com o pagamento. Isto feria os estatutos, mas a Assembléia deliberou que era acertada a medida. A votação não foi por chapa, foi nome a nome. Assim, a diretoria eleita era uma mistura de pessoas das duas chapas. (Ata de 27.06.75)

Nesta época a ligação do movimento com a administração da Universidade é caracterizadora de um atrelamento que não especificava diferenças de papéis ou funções, como se pode notar no seguinte registro:

"(...) [a] responsabilidade crescente da nova diretoria da ASPUV, tendo em vista a expansão do corpo docente da UFV. A situação vai exigir muita atuação e dedicação da diretoria em favor do professor e em favor de boas realizações da Administração da Universidade". (Ata do dia 27.06.75, p.45)

É desta época o registro de contratação da primeira
secretária da Associação em tempo integral, que recebia Cr$ 500,00. Metade deste dinheiro vinha da Associação de Ex-alunos e metade da ASPUV.

Numa época de exceção política, é interessante notar nos documentos coleccionados no arquivo, um registro excessivamente legalista: leis, decretos, detalhes de pareceres. As correspondências entre a ASPUV e a administração da UFV foram muito frequentes, o que caracterizou típicas campanhas internas. Dentre elas, curiosa foi a crise instalada com a biblioteca.

O bibliotecário geral da época elaborou, em setembro de 71, um relatório detalhado sobre a biblioteca, intitulado "Speculum bibliothecae", que rendeu discussões. Apresentando dados, o documento denunciava situações difíceis como: "De 385 leitores que usaram os recursos bibliográficos, da Biblioteca Central, 69% encontraram o que vieram buscar", e "apenas 38% das pessoas que lá foram, no semestre passado, o fizeram para tomar publicações emprestadas". Mas o que mais ofendeu os docentes foram as afirmativas:

"PONTOS FRACOS

1. A maioria dos professores não faz nenhum esforço para integrar o uso da Biblioteca com os seus cursos;
2. A Biblioteca ainda não é o coração da Universidade; seu coração ainda é as salas de aula e as apostilas;
3. Pouco mais de 10% dos cursos oferecidos utilizam os recursos da Biblioteca em seu sentido lato;
4. O uso da Biblioteca como parte da aprendizagem e da educação geral é minimizada e muitas vezes apenas acidental;
5. Quase invariavelmente os estudantes usam a Biblioteca mais do que os professores esperam que eles o façam;
6. O principal uso da Biblioteca pelos estudantes é ainda para ler suas apostilas e cadernos;
7. A efetividade dos serviços prestados pela Biblioteca
não se baseia, infelizmente, na cooperação recíproca entre esta e todas as outras partes da Universidade; 8. A despeito de todos os nossos esforços e realizações, a Biblioteca Central não tem representante em nenhum órgão de administração superior da Universidade, o que lhe [Sic] dificulta a sua legítima integração no ensino e na pesquisa; 9. Pouco mais de 20% dos professores solicitam a aquisição de publicações. A maioria adota uma estranha filosofia de laissez-faire, não assumindo nenhuma responsabilidade no processo de seleção; 10. As escassas e incertas verbas destinadas à aquisição de publicações tem causado nos docentes uma natural desconfiança nas responsabilidades de serem obtidas as obras que solicitam. Essa situação é, entretanto, muitas vezes usada como uma desculpa para a falta de interesse bibliográfico." (Caixa 2, Pasta 1, doc. 25)

Frente a isto, a ASPUV resolveu nomear uma comissão para estudar o "Speculum Bibliothecae". Depois de discutido o documento, a ASPUV, envia correspondência ao Reitor criticando o atrevimento do bibliotecário nos seguintes termos: "Esta Comissão analisou o documento e discutiu as possíveis implicações que as afirmativas nele contidas, principalmente aquelas do tópico "Pontos Fracos", possam ter para o bom e proveitoso relacionamento e uso das facilidades da Biblioteca Central pelos docentes desta casa, além dos danos morais que poderiam advir para o corpo docente e a própria Instituição. Ademais, concluíram que o documento por si só não mostra ou dá condições de verificação do teor de veracidade que as afirmativas carregam. Ainda que se constituísem em verdades inosfismáveis, as afirmativas constantes do tópico em pauta, são insultuosas em forma e conteúdo. A comissão está conscientizada e sensibilizada de que o documento em pauta foi inoportuno, descabido, insultuoso e ofensivo, inadequado e, além do mais, um documento que contém afirmativas que não competiam ser emitidas por quem as emitiu. Acha, outrossim, que o presidente da ASPUV deva transmitir a V. Sua, em caráter reservado e pessoal, os antecedentes do problema, por dores e sentimentos percebidos no seio do corpo docente da UFV e seu testemunho pessoal para que este problema mereça a devida consideração pela alta administração de nossa Universidade." (Caixa 2, Pasta 1, doc. 28)

Neste contexto o bibliotecário foi dispensado.

A partir de 75, o reenquadramento do pessoal docente através de concursos para Assistente e Adjunto se colocou como
ponto de pauta nas reivindicações. Em outubro daquele ano a Associação assume o processo como exemplifica o texto de uma circular abaixo transcrita:

"Temos a impressão que um dos problemas enfrentados, impedindo uma tomada de posição definitiva da Universidade, relaciona-se com a forma em que se processariam os concursos: se por concurso público, de títulos e provas (para as classes de professor assistente e professor titular), se por concurso de títulos. Nesse sentido, nada mais prudente e recomendável que uma CONSULTA DIRETA E CLARA a quem de direito. Na prática, afinal, encontram-se prejudicados vários docentes que somente desejam prestar concurso, independentemente da forma em que seriam processados. Esta questão de concursos na Universidade Federal de Viçosa já está virando novela. Uma novela que não acaba, que não tem enredo, projetada em horário incompatível com o momento presente. Estão a perder, os docentes, a Universidade e a sociedade a quem servimos. Concluímos a todos os associados da ASPUV a darem o melhor de seus esforços e inteligência, nos colegiados e fora deles, em busca de solução definitiva para este angustiante problema que nos aflige". (Caixa 2, Pasta 6, doc. 19)

Nota-se um pequeno momento em que se distingüia os papéis da entidade e as responsabilidades da Administração. O não atrelamento pode ser entendido como situação de contexto ou marca registrada por uma diretoria dentro as demais do período. Afinal, o que é não atrelamento, até que ponto existe autonomia em relação à Administração?

O lado jocoso da associação não pode deixar de ser citado nesta análise, pois caracteriza um aspecto importante de uma entidade: o lazer.

"A Associação de Professores da Universidade Federal de Viçosa, para celebrar o dia do Professor, tem o prazer de convidar V.Sa. e Exma. Família para um baile que fará realizar no Centenário Campestre Clube, sexta-feira, dia 15 de outubro de 1976, às 22:00 horas. Sua presença é considerada, pela presidência, indispensável, pois só assim poderemos festejar esta data de mais alta significância."
Além disto, a presidência leva ao conhecimento do caro associado que, somente para os presentes a este baile, haverá surpresas agradabilíssimas, incluindo brindes." (Caixa 2, Pasta 6, doc. 64)

"Prezado

Associado,
Encontra-se aberta à sua disposição, a sede de nossa Associação, à Rua Arthur Bernardes, nº 34, apto. 46. Lá, você e sua família poderão desfrutar de confortáveis ambientes, ouvindo uma boa música, vendo TV a cores ou distraindo-se num joguinho de cartas!... O cafézinho também não lhes faltará. Prestigie, pois, a Associação, com sua presença. Nesta oportunidade, a Diretoria deseja-lhe um feliz 1978." (Caixa 2, Pasta 7, doc. 47)

"Recebemos de [Sr.1] a importância de trezentos e setenta e cinco cruzeiros, proveniente a 50 litros de aguardente, para a associação dos professores da UFV. Para clareza firmo o presente recibo. Viçosa, 21.11.75" (Caixa 3, Pasta 12, s/nº)

"Recebi da Associação de Professores da Universidade Federal de Viçosa, a importância acima mencionada de Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), como indenização do que paguei ao conjunto "Os Agitadores" no Baile dos Professores no dia 15.10.76. Viçosa, 15 de outubro de 1976" (Idem)

"Recebemos da Associação dos Professores da UFV a importância supra de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) para pagamento aos funcionários e do Centro Social, que participaram da confecção de churrasco em, 12/03/77 em homenagem ao Magnífico Reitor da U.F.V. Viçosa, 12 de abril de 1977." (Idem)

"Recebi da Associação de Professores da U.F.V. a quantia acima descrita de (duzentos e cinqüenta cruzeiros) referente a transporte de bombons de Belo Horizonte a Viçosa. Viçosa, 06 de agosto de 1979". (Idem)

A relação da ASPUV com outras organizações ajuda na revelação de um tipo de prática não política, mas assistencial e local. Por exemplo, os documentos revelaram que foram feitas contribuições para a construção do Hospital São João Batista (o 2º em Viçosa) e a outras entidades filantrópicas. A associação também contribui financeiramente para a instalação do canal de recepção da Rede Globo, que chega por estas bandas
em 77. Um documento curioso neste sentido foi enviado pelo "Movimento por uma Viçosa melhor", que arregimentava donas de casa e objetivava "reivindicar, motivas, apontar, ensinar e, até mesmo, pressionar no sentido de se conseguir que a nossa cidade ofereça melhores condições de vida, saúde e segurança (Caixa 2, Pasta 9, doc. 79)

Ao final deste documento, o grupo solicitava à ASPUV destinar a arrecadação de um mês da Associação dos Professores (!) para superar as dificuldades financeiras do movimento. Não se sabe se isto foi feito, mas pouco tempo depois surge um planfeto com o horário de coleta de lixo para os bairros, assinado pelo movimento, em 1978.

Outra luta encaminhada pela entidade no período objetivava criar uma Caixa para complementação das aposentadorias, a exemplo do que os funcionários da USIMINAS, dentre outros. De todo o processo, ficaram claros dois aspectos: que a Caixa deveria abranger todo o corpo de funcionários da Universidade e que o Governo Federal complementaria o custo total com uma parte. Das negociações, iniciadas em 78-79, definiu-se a criação do AGROS, efetivada em janeiro de 80, cujo primeiro desconto em folha foi em março.

Iniciando a década de 80, os ventos da abertura políticas traziam de volta ao país seus exilados políticos. O modelo econômico do regime militar dava sinal de exaustão: era a crise do "milagre brasileiro". Na ASPUV, havia disputas de visões políticas distintas para encaminhamento do movimento docente de Viçosa. Cria-se da ANDES durante o I Congresso Nacional de Docentes Universitários realizado em fevereiro de
81, em Campinas. Este fato enriqueceu a Associação com outras preocupações. Novas relações interinstitucionais contribuíram para o acirramento de dissidências internas e ampliação do universo de referência na definição das lutas.

Nossa história vai parando por aqui. O restante do Arquivo está sendo organizado e qualquer descrição ou explicação, que se pretenda consequente, sobre o período de transição política do início dos anos 80, tem de esquadrinhar toda a década.

Muitos dos acirrados debates vivenciados na época se explicam, com certeza, pela pressão exercida pelo momento político de abertura. A sociedade civil brasileira se reorganizava e em Viçosa... ficará para um próximo capítulo.

Deixemos agora os poetas com a palavra numa canção de 1980.

No novo tempo
Apesar dos castigos
Estamos crescidos
Estamos atentos
Estamos mais vivos
Prá nos socorrer
No novo tempo
Apesar dos perigos
Da força mais bruta
Da noite que assusta
Estamos na luta
Prá sobreviver

Prá que nossa esperança
Seja mais que vingança
Seja sempre um caminho
Que se deixa de herança

No novo tempo
Apesar dos castigos
De toda fadiga
De toda injustiça

Estamos na briga
No novo tempo
Apesar dos perigos
De todos pecados
De todos enganos
Estamos marcados
Prá sobreviver.

No novo tempo
Apesar dos castigos
Estamos em cena
Estamos nas ruas
Quebrando as algemas
Prá nos socorrer
No novo tempo
Apesar dos perigos
A gente se encontra
Cantando na praça
Fazendo pirraça
Prá sobreviver.

Vitor Martins e Ivan Lins.
Gestões APUREMG

GESTÃO JUNHO-1963/MAIO-1965
PRESIDENTE: Aníbal José Alves Torres
SECRETÁRIO: Fernado Ant. da Silveira Rocha
TESoureiro: Joaquim Aleixo de Souza

CONSELHO DELIBERATIVO
Joaquim Matoso
Silvio Starling Brandão
Sônia Alvarenga
Fábio Ribeiro Gomes
Walter Brune

COMISSÃO DE INTERESSES PROFISSIONAIS
Renato Sant’Anna
José Ribeiro Filho
Sônia Silva
Arlindo P. Gonçalves

COMISSÃO DE ATIVIDADES SOCIAIS:
Geraldo Martins Chaves
Otto Andersen
Avelino Mantovani Barbosa
José Rodrigues de Souza
Maria Lúcia Simonini

COMISSÃO DE INTERCÂMBIO CULTURAL
Flávio A. A. Couto
Juraci Barros
Benjamin S. Duarte
Guy Capdeville

GESTÃO MAIO-1965/JUNHO-1967
PRESIDENTE: Telmo Carvalho Alves da Silva
SECRETÁRIO: José Rodrigues de Souza
TESoureiro: Renato Mauro Brandi

CONSELHO DELIBERATIVO
Alberto Daker
Dilson Seabra Rocha
Geraldo Martins Chaves
Gilberto Pereira de Melo
Maria Lúcia Simonini

COMISSÃO DE INTERESSES PROFISSIONAIS
Clíbas Vieira
José Aníbal Comastri
João da Cruz Filho
José Sales Mariano a Rocha
Maria das Dores de Carvalho Ferreira

COMISSÃO SOCIAL ESPORTIVA
Emílio Gomide Loures
Luiz Carlos Lopes
Roberto Marques Gontijo
Roberto Ramalho
Ronaldo Rezende de Paula

COMISSÃO DE INTERCÂMBIO CULTURAL
Daison Olzany Silva
Geraldo Luiz Pinto
José Carlos Silvé
Juracy de Souza Barros
Lúcia Maria Maffia
GESTÃO DEZ.-1979/DEZ.-1980
PRESIDENTE: Francisco Machado Filho
VICE-PRESIDENTE: Pedro Manoel Galetti Júnior
1º SECRETÁRIO: Luiz Carlos Lopes
2º SECRETÁRIO: Osvaldo Ferreira Valente
1º TESoureiro: Miguel Ribon
2º TESoureiro: Gilberto Chohaku Sediyama

CONSELHO DELiberATIVO
Alcides dos Reis Condé
Arnaldo Chae Borges
Martinho de Almeida e Silva
Luiz Sérgio Saraiva
Luiz Antônio Maffia
Laede Maffia de Oliveira

SUPlENTES
Lécio Maria Rodrigues
Juraci Aureliano Teixeira
Maurício Paulo Ferreira Fonseca

GESTÃO DEZ.-1980/DEZ.-1982
PRESIDENTE: Francisco Machado Filho
VICE-PRESIDENTE: Luiz Carlos dos Santos
1º SECRETÁRIO: Maurício Alves Ferreira
2º SECRETÁRIO: Atílio Aléssio
1º TESoureiro: Miguel Ribon
2º TESoureiro: José Roberto Correia Saglietti

CONSELHO DELiberATIVO
Alcides dos Reis Condé
Luiz Reis Saraiva
Marco Anônio Rodrigues Vieira
Paulo Afonso Ferreira
Paulo Virgílio Lobo Medina
Pedro Manoel Galetti

SUPlENTES
Gilberto Paixão Rosado
João Tinoco Pereira Neto
José Carlos Gomes

GESTÃO DEZ.-1982/DEZ.-1984
PRESIDENTE: Francisco Rodrigues de Oliveira
VICE-PRESIDENTE: Lúcia Maria Maffia
1º SECRETÁRIO: Benjamim de Almeida Mendes
2º SECRETÁRIO: Rubens Leite Vianello
1º TESoureiro: Francisco Simonini da Silva
2º TESoureiro: José Carlos E. Oliveira Begazzo

CONSELHO DELiberATIVO
Adriel Rodrigues de Oliveira
Francisca Valverde Garotti
José Carlos Bonheberger
Leda Maria B. de Castro
Márcio Monteiro Leite
Maria da Conceição Pinheiro

SUPlENTES
Luiz Carlos dos Santos
Marcelo José Villela
Maria de Fátima Lopes
Substituição: Presidente Lúcia Maria Maffia

GESTÃO DEZ.-1984/DEZ.-1986
PRESIDENTE: Rubens Leite Vianello
VICE-PRESIDENTE: Vera Lúcia Simões da Silva
1º SECRETÁRIO: Paulo César Santos Ventura
2º SECRETÁRIO: Renato Cruz
1º TESoureiro: José Clévio Dias Casali
2º TESoureiro: Luigi Toneguzzo

CONSELHO DELiberATIVO
Hércio Pereira Ladeira
Maria Elicia Lima Martyn
Antonio Carlos Ribeiro
Regina Maria Thiebaut Medina
Cátia Mary Volpi
Avelino Mantovani Barbosa

SUPlENTES
George Henrique Kling de Moraes
João da Cruz Filho
José Domingos Galvão
GESTÃO JUNHO-1967/JUNHO-1968
PRESIDENTE: Renato Sant'Anna
VICE-PRESIDENTE: Sebastião Moreira F. da Silva
1º SECRETÁRIO: Arnaldo Chael Borges
2º SECRETÁRIO: José Rodrigues de Souza
1º TESoureiro: Gilson Westin Cosenza
2º TESoureiro: Této Hara

CONSELHO DELIBERATIVO
Adão Pinheiro
Maria Lúcia Simonini
Elias Chequer
Mário Silva Campos
Joanito Campos Jr.
Paulo Mário Del Giudice

SUPLENTES DO CONSELHO
Márcio de Moura Estevão
João da Cruz Filho

GESTÃO JUNHO-1968/AGOSTO-1969
PRESIDENTE: Renato Sant'Anna
VICE-PRESIDENTE: Arnaldo Chael Borges
1º SECRETÁRIO: Francisco Machado Filho
2º SECRETÁRIO: Maria Lúcia Simonini
1º TESoureiro: Márcio de Moura Estevão
2º TESoureiro: Hércio Pereira Ladeira

CONSELHO DELIBERATIVO
Sebastião M. Ferreira da Silva
Roberto Buteri
Mário Silva Campos
Lade Maffia de Oliveira
Paulo Mário Del Giudice
Esmeralda Tomaz Afonso

SUPLENTES DO CONSELHO
Oswaldo Pereira Valente
Elton Rodrigues Silva

GESTÃO AGOSTO-1969/JUNHO-1971
PRESIDENTE: José Rodrigues de Souza
VICE-PRESIDENTE: Lade Maffia de Oliveira
1º SECRETÁRIO: Leny do Valle Cintra
2º SECRETÁRIO: João da Cruz Filho
1º TESoureiro: Nairan Félix de Barros
2º TESoureiro: Sebastião Moreira F. da Silva

CONSELHO DELIBERATIVO
Renato Sant'Anna
Telmo Carvalho Alves da Silva
Raimundo Nonato de Miranda Chaves
Mário Silva Campos
Matozinho Souza Figueiredo
Sônia Coelho Alvarenga

SUPLENTES
Hércio Pereira Ladeira
Alonso Salustiano Pereira

GESTÕES ASPUV

GESTÃO JULHO-1971/JUNHO-1972
PRESIDENTE: Francisco Machado Filho
VICE-PRESIDENTE: Teotônio Dias Teixeira
1º SECRETÁRIO: Maria Lúcia Simonini
2º SECRETÁRIO: José Flávio Cândido
1º TESoureiro: Márcio de Moura Estevão
2º TESoureiro: Hércio Pereira Ladeira

CONSELHO DELIBERATIVO
Renato Sant'Anna
Telmo Carvalho Alves da Silva
José Rodrigues
Clibas Vieira
Geraldo Luiz Pinto
Marlene Nogueira Fontenelle

SUPLENTES
Alcides dos Reis Condé
José Cambraia
Maria Tereza Fialho de Souza

GESTÃO JUNHO-1972/AGOSTO-1974
PRESIDENTE: Francisco Machado Filho
VICE-PRESIDENTE: Onofre C. Brumano Pinto
1º SECRETÁRIO: José Flávio Cândido
2º SECRETÁRIO: Maria Lúcia Simonini
1º TESoureiro: José Alberto H. Freire
2º TESoureiro: Sérvulo Batista de Rezende
CONSELHO DELIBERATIVO
Geraldo Luiz Pinto
Joaquim Campos
José Rodrigues de Souza
Marlene Nogueira Fontenelle
Renato Sant’Anna
Telmo Carvalho Alves da Silva

SUPLENTES
Lae de Maffia de Oliveira
Paulo V. L. Medina
Tunio Sediyama

Substituição: Presidente-Onofre C.B. Pinto

GESTÃO AGOSTO-1974/JUNHO-1975
PRESIDENTE:Ivo Manica
VICE-PRESIDENTE:Esmeralda Tomaz Afonso
1º SECRETÁRIO:Moacir Sebastião Grossi
2º SECRETÁRIO:Reginaldo da Silva Romeiro
1º TESoureiro:Maria Elena de Almeida
2º TESoureiro:Aleides Reis Condé

CONSELHO DELIBERATIVO
Lúcia Maria Maffia
Maria Ignz Leão
José Flávio Cândido
José Rodrigues de Souza
Telmo Carvalho Alves da Silva
Túlio Barbosa

GESTÃO JUNHO-1975/JUNHO-1976
PRESIDENTE:Francisco Machado Filho
VICE-PRESIDENTE:Carlos Florianio de Moraes
1º SECRETÁRIO:Lúcia Maria Maffia
2º SECRETÁRIO:José Raimundo Pereira Chaves
1º TESoureiro:Maria Lúcia Simonini
2º TESoureiro:José Tarcisio Lima Thiebaut

CONSELHO DELIBERATIVO
José Rodrigues de Souza
José Carlos Silva
Telmo Carvalho Alves da Silva
Martinho de Almeida e Silva
Túlio Barbosa
Onofre Cristo Brumano Pinto

SUPLENTES
Sebastião Bastos Nogueira
Luiz Antonio Nogueira Fontes
Renato Mauro Brandi

GESTÃO JUNHO-1976/SETEMB.-1977
PRESIDENTE:Martinho de Almeida e Silva
VICE-PRESIDENTE:Matosinho de S. Figueiredo
1º SECRETÁRIO:Ovaldo Ferreira Valente
2º SECRETÁRIO:José Ferreira de Paula
1º TESoureiro:Renato MAuro Brandi
2º TESoureiro:Paulo Rubens Soares

CONSELHO DELIBERATIVO
Maria Lúcia Simonini
Onofre Cristo Brumano Pinto
Telmo Carvalho Alves da Silva
Renato Sant’Anna
José Rodrigues de Souza
Francisco Machado

SUPLENTES
Lae de Maffia de Oliveira
José de Almeida Filho
Alonso Salustiano Pereira

GESTÃO SET.-1977/DEZ.-1979
PRESIDENTE:Lae de Maffia de Oliveira
VICE-PRESIDENTE:Jose Américo Garcia
1º SECRETÁRIO:Alonso Salustiano Pereira
2º SECRETÁRIO:Francisco de Paula Neto
1º TESoureiro:Maria Lúcia Simonini
2º TESoureiro:Aleides dos Reis Condé

CONSELHO DELIBERATIVO
Francisco Machado Filho
Onofre Cristo Brumano Pinto
José Rodrigues de Souza
Telmo Carvalho Alves da Silva
José Brandão Fonseca
Renato San’Anna

SUPLENTES
Antônio Carlos Gonçalves de Castro
Luiz Hemétrio W. Martins Carneiro
GESTÃO DEZ.-1986/DEZ.-1988
PRESIDENTE: Luigi Toneguzzo
VICE-PRESIDENTE: Atílio Aléssio
1º SECRETÁRIO: Euclides Redin
2º SECRETÁRIO: Irani Quaglio Grassianotto
1º TESOUREIRO: Fernando da Costa Baeta
2º TESOUREIRO: Carlos Batista de Assis

CONSELHO DELIBERATIVO
José Eduardo Prates
Renato Cruz
Sérgio Luís Pinto da Matta
Christine Carole Muggler
Sérgio Pacheco
Luís Antônio Maffia

SUPLENTES
Iñon Guimazzi da Silva
Adelino Massarolo
Pedro Alves Paiva

Substituição: Presidente. Atílio Aléssio

GESTÃO DEZ. 1990/DEZ. 1992
PRESIDENTE: Luiz Eduardo Ferreira Fontes
1º Vice-Pres. Antônio Luiz de Lima
2º Vice-Pres.: Lúcia Maria Maffia
1º Secretário: Carlos Vasconcelos Farias
2º Secretário: Luiz Clairmont de Lima Gomes
1º Tesoureiro: Christine Carole Muggler
2º Tesoureiro: Edilton de Souza Barcellos

CONSELHO DELIBERATIVO
Agostinho Lopes de Souza
Dario Cardoso de Lima
Domício do Nascimento Júnior
José Maria A. da Silva
Lioyando M. da Costa
Luiz Carlos dos Santos
Nerina Aires C. Marques

SUPLENTES
Marcelo José Vilela
Jorge Luiz C. Coelho
Tarcísio Gomide Filho

SUBSTITUIÇÕES
1º Vice-Pres.: Edilton de Souza Barcellos
1º Secretaria: Ranah Manzenco da Silva
2º Tesoureiro: Clóvis Andrade Neves
Cons. Deliberativo: Marcelo José Vilela

GESTÃO DEZ. 1992/ABR. 1994
PRESIDENTE: Evandro Ferreira
Passos
Vice-Presidente: José Elias Rigueira
Secretária Geral: Margarida A. Gonçalves
Freitas
Secretário Adjunto: Waldir José P. Reis
Tesoureiro: Vicente de Paula Lelis
Tesoureiro Adjunto: Fausto Miziara
Sec. Ass. Aposentadoria: Onofre Brumano
Sec. Divulgação: Paulo Shikazu Toma
Sec. Social: Tânia Valquíria Menegon
Sec. Jurídica: Fabiana de Menezes Soares

CONSELHO DELIBERATIVO
Fernando A. da S. Rocha
Sérvio Túlio A. Cassini
Márcio Mota Ramos
Múcio Flávio B. Ribeiro
Efraim Lázaro Reis
Luciano Baião Vieira
Maria da Graça N. Jentzch

SUPLENTES
Dejair Message
Geraldo Galdino de P. Júnior
Nairam Félix de Barros